

Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

# FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E A POSIÇÃO DAS MULHERES NEGRAS NO CAPITALISMO DEPENDENTE

Tatiane Farias da Rosa Silva<sup>1</sup>

#### **RESUMO**

Esse artigo tem como temática a posição das mulheres negras na formação sócio-histórica brasileira considerando o modelo de ordem social capitalista dependente. Objetivamos com esse artigo refletir sobre a posição social destinada as mulheres negras brasileiras desde o pós-abolição, num país como o Brasil, de capitalismo dependente, com bases estruturais enraizadas no racismo, patriarcalismo, machismo, sexismo, misoginia e classes sociais. O percurso metodológico adotado nessa pesquisa é uma revisão de literatura, na qual buscamos em pensadores da formação sóciohistórica brasileira elementos que nos permitem pensar a condição de marginalização, desemprego e injustiças sociais para um determinado grupo social baseado em sua cor-raça-etnia e gênero, considerando como categoria analítica a interseccionalidade. Pensamos que para uma real justiça social, principalmente para mulheres negras e pobres no Brasil, é necessária uma ruptura com o capitalismo dependente.

**Palavras-chave**: Formação Sócio-Histórica Brasileira; Capitalismo Dependente; Mulheres Negras.

#### **ABSTRACT**

This article has as its theme the position of black women in the Brazilian socio-historical formation considering the model of dependent capitalist social order. This article aims to reflect on the social position of black Brazilian women since the post-abolition period, in a country like Brazil, of dependent capitalism, with structural bases rooted in racism, patriarchy, machismo, sexism, misogyny and social classes. The methodological path adopted in this research is a literature review, in which we searched thinkers of the Brazilian socio-historical formation for elements that allow us to think about the condition of marginalization, unemployment and social injustice for a given social group based on its color-race-ethnicity and gender, considering intersectionality as an analytical category. We think that for real social justice, especially for black and poor women in Brazil, a break with dependent capitalism is necessary.

**Keywords**: Brazilian Socio-Historical Formation; Dependent Capitalism; Black Women.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Universidade Federal Fluminense; Assistente Social mestranda do PPGSSDR/UFF e Enfermeira especialista em Saúde da Família; E-mail: tatiane-farias95@hotmail.com

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

## 1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa versa sobre a posição das mulheres negras numa sociedade de capitalismo dependente, num país periférico como o Brasil, que tem particularidades importantes para análise da subalternização das mulheres negras. Aqui consideramos que as mulheres brasileiras sofrem opressões por seu gênero e que quando são negras e pobres experimentam de tripla discriminação e opressão, dessa forma consideraremos a interseccionalidade<sup>2</sup> como uma categoria analítica importante para pensar a posição das mulheres negras no Brasil.

Por isso, objetivamos analisar os rebatimentos do modelo de produção capitalista dependente sobre a posição social das mulheres negras na sociedade brasileira. Buscamos verificar como as bases estruturais da ordem social tem caminhado na subalternização, marginalização e barragem ao acesso de direitos humanos básicos para mulheres negras brasileira, a partir de uma análise sóciohistórica da sociedade brasileira.

O percurso metodológico desse artigo se refere a um levantamento bibliográfico, baseado numa revisão de literatura, na qual analisamos autores que pensam o pensamento sócio-histórico brasileiro, bem como autores que refletem acerca do modo de produção capitalista, inclusive do capitalismo dependente. A interseccionalidade é um dos elementos importantes utilizados como ferramenta analítica nessa pesquisa.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Entendemos interseccionalidade como o que foi elaborado no texto do "Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativa ao gênero" (2002), criado no contexto da III Conferência Mundial contra o Racismo realizada em Durban — África do Sul — no ano de 2001. Desta forma, a autora Crenshaw (2002, p. 177) define Interseccionalidade como: "[...] uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento". Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf















# 1. 2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A ORDEM DE PRODUÇÃO CAPITALISTA DEPENDENTE NO BRASIL

Nesse primeiro momento percorremos brevemente sobre o modelo capitalista de ordem social, em especial o capitalismo dependente no Brasil. Nos cabe nesse momento analisar como o capitalismo dependente se manifesta como ordem social de produção em um país periférico como o Brasil. A partir dessas considerações, partiremos para o segundo momento do artigo, que abordará a respeito da formação sócio-histórica brasileira e a condição da população negra nessa sociedade, especialmente as mulheres negras.

Partindo da premissa de que a lei geral da acumulação capitalista, tem como composição orgânica do capital, em dois sentidos – a saber: o valor, tanto dos meios de produção (capital constante) quanto da força de trabalho (capital variável) e a matéria (processo de produção, ou seja, meios de produção e força viva de trabalho) – a média da composição dos capitais individuais resulta na composição do capital total, concentrando-se assim na composição do capital social de um país. Portanto, o crescimento do capital implica no crescimento do seu componente variável convertido em força de trabalho (MARX, 1971).

Nesse sentido as economias dos países de capitalismo dependente não possuem dinamismo próprio, sendo completamente dependentes ao capitalismo externo (mundial), por isso as transformações são irradiadas pelo capitalismo central, estando o capitalismo nacional (periférico) completamente imóvel. Segundo Sampaio Jr (1999, p. 234), essa realidade de dependência resulta em:

desarticulação dos centros internos de decisão e a total perda de controle da sociedade sobre seu tempo histórico, uma vez que a liquidação de tudo que não é capaz de acompanhar o novo padrão de transformação capitalista gera processos catastróficos de desestruturação econômica, social e cultural. O desenvolvimento dependente consiste em um modo de participar no sistema capitalista mundial que restringe o grau de liberdade das economias periféricas à possibilidade de graduar o ritmo e a intensidade de assimilação das transformações capitalistas difundidas pelas economias centrais. Dentro desses parâmetros, as opções das economias dependentes acabam se restringindo a combinar as seguintes variáveis: (1) maior ou menor crescimento econômico; (2) maior ou menor grau de exclusão social; e (3) maior ou menor controle sobre os centros internos de decisão. É em torno dessa questão que se trava o braço-de-ferro entre os















Consciê<mark>ncia de Classe</mark> e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

grupos modernizadores e conservadores que compõem as classes dirigentes das sociedades dependentes.

Para compreender o desenvolvimento capitalista nas regiões periféricas, é importante refletir sobre a natureza das contradições entre a dependência ao capitalismo central e o processo de construção da nação. Nesse desenvolvimento dependente há uma função social baseada em irracionalidades e injustiças sociais para sua manutenção, fazendo com que a sociedade nacional se torne a longo prazo incompatível com os processos civilizatórios no sentido de caminhar para o fortalecimento do Estado nacional e emancipação de sua dependência. É nessa relação que se encontra o dilema do capitalismo periférico: ou rompe com a dependência e desarticula com o processo de modernização conservadora ou terá de lidar com a barbárie (SAMPAIO JR, 1999).

Nesse dilema de ruptura com a dependência ou barbárie que Sampaio Jr. (1999) encontra um espaço para uma conjuntura revolucionária, que permite novos horizontes de oportunidades. Porém ele nos alerta que essas novas oportunidades também possibilitam uma reação contrarrevolucionária e o esforço das tendências que pretendem proteger o sistema capitalista dependente de ameaças revolucionárias.

Essa questão de desenvolvimento no Brasil pode ser pensada de várias formas e polos, o autor Castelo (2010) destaca dois polos, o campo conservador que são movidos pela lógica modernizadora que acaba por apresentar uma visão da ortodoxia econômica; já no polo heterodoxo, há uma aposta no aprofundamento do neoliberalismo. Portanto, no pensamento ortodoxo, há enfoque nos recursos sociais para os mais pobres, além de reforma microeconômicas e investimentos no capital humano, enquanto no pensamento heterodoxo, o enfoque se dá em temas como desenvolvimento econômico e equidade social.

Dessa forma, pensar o novo desenvolvimento é recorrer a uma reflexão contemporânea que nasce e se consolida nas décadas de 1940-1970 para explicar as condições estruturais do subdesenvolvimento da periferia do sistema mundial, em especial, a América Latina. É originado pela burguesia eclética, que concilia o binômio capital/trabalho com a equidade social, como uma corrente democrática

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

popular. Não necessariamente rompe com o desenvolvimentismo, mas pretende fechar fissuras deixadas por ele, aprofundando-se assim o influxo do neoliberalismo (CASTELO, 2010).

Considerando os movimentos de classe, o capitalismo dependente no Brasil não se constitui assim exclusivamente pela dominação externa, porém acredita que há uma interação necessária entre um e outro, de forma que se retroalimentam. A burguesia brasileira exerce um importante papel nessa dinâmica e é através de parceria e articulações que o capitalismo se realiza e se conforma como se apresenta. Entretanto, não se trata apenas de relações entre a burguesia hegemônica e burguesia dependente, se trata de uma relação de dominação externa e dominação interna, na qual a externa se respalda na dominação interna, que por sua vez se instaura como dominação contra a classe trabalhadora e a massa populacional (LIMOEIRO-CARDOSO, 1995).

Desta forma, como Limoeiro-Cardoso (1995) ressalta a classe social desenvolvida no capitalismo dependente periférico submersa em uma democracia restrita e em um Estado autocrático-burgueses, em suma, a autocracia é a própria estrutura da burguesia periférica. Portanto, a definição da burguesia do capitalismo periférico é a parceria e subordinação à burguesia hegemônica central e a exploração econômica e opressão política contra as demais classes sociais.

As reformas travestidas de propostas de inclusão social servem para manutenção da miséria e ocultamento dessa temática. Nesse sentido, Dias (2004) reforça que essa inclusão se dá de forma assimétrica e diferentemente entre indivíduos e classes sociais, ou seja, ninguém, nem mesmo os considerados excluídos (o autor cita como exemplo os trabalhadores informais e narcotráfico) fazem parte desse sistema de inclusão é funcional e mascara a miséria. Isso, especialmente ao transformar direitos sociais em políticas focalistas que mantem e reafirmam a dominação do capital.

Portanto, sem esses conflitos, a burguesia não desempenha seu papel como tal. Contudo, caberá à classe trabalhadora a promoção desses conflitos e o direcionamento dos mesmos, seja em uma revolução dentro da ordem ou numa revolução contra a ordem. Entendendo aqui que a revolução dentro da ordem

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

recompor a ordem nos marcos capitalistas, e a revolução contra a ordem seria romper, não apenas com a dependência como também com o capitalismo (LIMOEIRO-CARDOSO, 1995).

E é exatamente nesse confronto entre classes que introduzimos a questão do negro nesse percurso de formação sócio-histórica brasileira, ressaltando que o enfrentamento e resistência dos negros no Brasil mobilizaram a dinâmica de classes sociais no país. Reforçamos que não é possível refletir sobre a política, economia e sociedade brasileira sem considerar as heranças colonialistas e escravocratas que perpassam a história do país e imbricam diretamente na condição das pessoas negras, em especial das mulheres negras brasileiras.

### 2. A CONDIÇÃO DAS MULHERES NEGRAS NO BRASIL

Nesse momento do artigo, partiremos a pensar sobre a condição da população negra no Brasil, especialmente mulheres negras. Consideraremos o debate já realizado acerca do capitalismo dependente e os imbricamentos na forma de produção e reprodução social no Brasil, para que assim possamos perceber a realidade perversa da condição da população negra no país, bem como o projeto genocida em curso e o mito da democracia racial.

Reforçamos que o debate que nos propomos a realizar é de sobremaneira extenso, por isso aqui nos dedicamos em uma síntese desse debate. Usamos alguns autores centrais, porém não temos por objetivo sugerir que esses autores esgotam o debate, pelo contrário, vários outros pensadores refletem sobre essas questões e nos ajudam a pensar sobre o racismo e sexismo no Brasil. Aqui nos cabe sistematizar questões importantes para tecermos as análises das quais esse artigo se propõe.

Refletir sobre o capitalismo dependente num país periférico como o Brasil é considerar os rebatimentos do colonialismo na formação sócio-histórica do país. Nesse sentido, cabe-nos analisar os impactos do colonialismo – de forma breve – na vida de determinados grupos populacionais que são de sobremaneira explorados, discriminados e marginalizados.

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

No Brasil, traços marcantes do escravismo e colonialismo imbricam diretamente na vida e reprodução da vida social da população negra brasileira. Temos como premissa que o racismo é estrutural e estruturante da ordem social capitalista, para além dessa concepção, o Brasil apresenta especificidades importantes em relação ao racismo e a posição social da população negra brasileira.

Cabe salientar que a divisão social por raça precedeu as ciências, sendo justificada anteriormente pelas crenças sobrenaturais, principalmente para os europeus cristãos. Entretanto, essas justificativas não davam mais conta de legitimar a escravidão, por isso foi necessário um argumento mais relevante, daí a doutrina de seleção natural e da sobrevivência do mais apto, com conceitos puramente biológicos que foi universalmente aceito como argumento de justificação da dominação (MOURA, 1994).

O Brasil, sendo um país que vivenciou mais de três séculos de escravismo e passou por uma conjuntura diferenciada na transição do colonialismo para o capitalismo dependente, apresenta um contexto social particular na condição de vida da população negra, principalmente após a abolição. Utilizaremos reflexões de três autores brasileiros, que percebemos ser cruciais para pensar as especificidades brasileiras quanto ao racismo no país – a saber: Clóvis Moura, Florestan Fernandes e Otávio Ianni. A produção desses três autores é vasta e imprescindível para a compreensão da formação social brasileira, entretanto, iremos nos ater a alguns elementos importantes que darão base a nossa proposta de análise nesse artigo. Além deles, traremos o debate acerca das mulheres negras no Brasil, a luz das reflexões da autora Lélia Gonzalez.

Segundo Florestan Fernandes (2015), após a abolição, não houve condições de sobrevivência do negro, qualquer processo de recuperação humana do negro e não-brancos foram fenômenos focalizados a partir dos quesitos econômicos, políticos e jurídico da dada ordem social competitiva. Isso nos demonstra que até hoje o negro não faz parte de um processo societário de integração de raças e condições de igualdade social.

O resultado foi que, três quartos de séculos após a Abolição, ainda são pouco numerosos os segmentos da "população de cor" que conseguiram se

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

integrar, efetivamente, na sociedade competitiva e nas classes sociais que a compõem. As evidências a respeito são conclusivas e indicam que ainda temos um bom caminho a andar para que a "população de cor", sob hipótese de crescimento econômico contínuo e de persistência da livre competição inter-racial, alcance resultados equivalentes aos dos brancos pobres que se beneficiaram do desenvolvimento do país sob regime do trabalho livre (FERNANDES, 2015, p. 46).

O autor Clóvis Moura (p. 96, 1988) destaca essa questão ao apresentar que em 1838 o governador de Sergipe baixa um decreto impedindo que todos os "africanos, quer livres quer libertos" estudem em escolas públicas, essa barragem de ingresso igualava-se aos "leprosos, tuberculosos ou portadores de outras doenças do gênero". Ou seja, os negros eram comparados aos portadores de doenças contagiosas, como se os mesmos fossem "bestas" que não merecem estar em convívio social.

A sociedade escravista gerou um mecanismo de dominação social que perdura até hoje, através de remanejamento de aparelhos que mantem e reproduzem a ideologia do racismo e a subordinação de amplos setores da sociedade. O objetivo era que a imagem do negro fosse descartada como um ser, não somente social, mas como ser humano, reduzindo a imagem do negro a um mero animal sem possibilidade de civilização. A lógica de manter o negro em espaços sociais permitidos pela classe dominante era fundamentada na ideia de que as manifestações de não conformação realizada pelo negro o caracterizavam como um ser irracional com patologias sociais e até mesmo biológica.

Entretanto, há uma perspectiva, vinculada a lógica de democracia racial, de que se o negro não conseguiu ascender-se socialmente é culpa unicamente dele, pois como todos os demais cidadãos ele deveria se esforçar para conseguir alcançar seus objetivos sociais e econômicos. Conforme sinaliza Florestan Fernandes (2015, p. 46-47):

O "negro" teve a oportunidade de ser livre; se não conseguiu igualar-se ao "branco", o problema era dele – não do "branco". Sob a égide de democracia racial justificou-se, pois mais extrema indiferença e falta de solidariedade para com um setor da coletividade que não possuía condições próprias para enfrentar mudanças acarretadas pela universalização do trabalho livre e da competição.



**PROMOTORES** 















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

Portanto, o preconceito relacionado à raça-cor-etnia é algo socialmente condenado, porém a liberdade de preservar os julgamentos discriminatórios e preconceituosos que perpassam todo o contexto histórico dos negros e não brancos no mundo é tido como intocável desde que mantenha o decoro e suas ações possam ser naturalizadas ou justificadas. Como se o branco não se responsabilizasse pela degradação dos negros como pessoas (FERNANDES, 2015).

Ressaltamos aqui, que em nenhum momento esses processos de subalternação da população negra foi passivo, há grande mobilização dessa população em resistir e reivindicar condições mínimas de sobrevivência desde o escravismo. Sendo assim, na transição para o capitalismo, ainda há grande mobilização por parte desse fragmento de classe e, essas mobilizações dinamizam a ordem de produção capitalista.

A filosofia do branqueamento, segundo Moura (1988), seria a investida para que o país conseguisse minimamente modernizar-se e torna-se civilizado e participante do progresso mundial. Todas as medidas que tenham o caráter de afastar a população atrasada social e culturalmente, político e existencialmente – diga-se aqui, o negro e os não-brancos – passam a ser válidas e aceitáveis. Sendo assim, segundo Moura (1988, p. 8):

Bloqueios estratégicos que começam no próprio grupo familiar, passam pela educação primária, a escola de grau médio até a universidade; passam pela restrição ao mercado de trabalho, na seleção de empregos, no nível de salários de cada profissão, na discriminação velada (ou manifesta) em certos espaços profissionais; passam também nos contatos entre sexos opostos, nas barreiras aos casamentos interétcnicos e também pelas restrições múltiplas durante todos os dias, meses e anos que representam a vida de um negro.

Pensamos que isso é uma questão que embasa, ou que deveria embasar, o debate da contradição capital/trabalho, por ser um problema de extrema importância para manutenção dessa ordem, tanto como as relações de gênero quanto a regionalização desses recortes das expressões da questão social. O racismo é estrutural e estruturante da ordem social e não apenas uma expressão da questão social. Essas refrações afetam as condições de integração entre sociedade civil e Estado.







APOIO











Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

Por isso, lanni (2005) argumenta sobre o contexto atual brasileiro, levando em consideração o Mito da Democracia Racial, assim afirma que as divisões e hierarquizações são preservadas e aperfeiçoadas pelos ordenamentos jurídicopolíticos e pelas teorias científicas, evolucionismo, darwinismo social e arianimos. E nessa fábrica de preconceitos deve-se atentar que:

A questão racial sempre foi, tem sido e continuará a ser um dilema fundamental da formação, conformação e transformação da sociedade brasileira. Está na base das diversas formas de organização social do trabalho e dos jogos das forças sociais, bem como das criações culturais. Praticamente tudo o que constitui a economia e a sociedade, a política e a cultura, compreende sempre algo ou muito da questão racial. Os longos períodos de tirania realizam-se com ampla ou total exclusão do negro e outras etnias, assim como os episódicos períodos de democracia realizamse com alguma participação do negro e de outras etnias. No curso da história da sociedade brasileira, compreendendo os períodos colonial, monárquico e republicano, está sempre presente e decisiva a questão racial. [...] o negro, marcado pela diáspora e pelo holocausto, compondo a mais numerosa coletividade dentre várias etnias [...]. Sim, grande parte da questão racial no Brasil diz respeito ao negro, como etnia e categoria social, como a mais numerosa "raça", no sentido de categoria criada socialmente, na trama das relações sociais desiguais, no jogo das forças sociais, com as quais se reiteram e desenvolvem hierarquias, desigualdades e alienações (IANNI, 2005, p. 9-10).

Compreendemos então que o racismo se expressa de várias formas e em vários âmbitos da vida social, dentre eles, na saúde, educação, mercado de trabalho, jurídico e vários outros espaços de manutenção da vida social. Por isso reafirmamos que o racismo pode ser entendido como parte estruturante do processo de controle social da classe dominante na ordem capitalista. Sinalizamos que existem várias formas de opressões que contribuem e solidificam as contradições existentes e são necessárias aos interesses econômicos do capitalismo, como classes sociais, gênero, etnias/raça, sexualidade e outras.

Portanto, o racismo é uma ideologia de dominação eminentemente capitalista. Todavia, Moura (1994) alerta que não devemos cair na ingenuidade de compreender o racismo apenas como uma questão científica, porém como uma ideologia justificativa de dominação e superioridade de um grupo étnico sobre o outro que é intrinsicamente político. O caráter ideológico e político se apresenta ao se pensar que o racismo serve de arma de combate como argumento para crimes que foram

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

cometidos em nome do direito biológico, psicológico e cultural da raça branca que se considerava superior as demais.

A fomentação da ideia de que haveria uma Democracia Racial no Brasil é constituída por um esforço de distorção criado na época colonial, para a inclusão dos mestiços no núcleo das grandes famílias. Contudo, a consequência da miscigenação era a contribuição do aumento da massa da população escrava para o trabalho (FERNANDES, 2015).

Do ponto de vista, e em termos da posição sociocultural do "branco", o que ganha o centro do palco não é o "preconceito de cor". Mas uma realidade moral reativa que bem poderia ser designada como o "Preconceito de não ter Preconceito". Minado em sua capacidade de agir acima das normas e dos valores ideais da cultura, em vez de condenar a ideologia racial dominante, construída para uma sociedade de castas e de dominação escravista, e além do mais incompatível com os requisitos econômicos, psicossociais e jurídico-políticos da sociedade de classes em consolidação, o "branco" entrega-se a um comportamento vacilante, dúbio e substancialmente tortuoso (FERNANDES, 2015, p. 40).

De acordo com Moura (1988), a política de imigração foi a efetivação da perspectiva de branqueamento e pode ser compreendida como um Mecanismo Ideológico de Barragem, que dificultou o acesso da população negra ao mercado de trabalho no capitalismo, assim como teve outros direitos sociais violados, a exemplo a Lei de Terras em 1850, modificada para não garantir o acesso da população negra na transição do escravismo para o capitalismo e manter a velha estrutura fundiária e privilégios dos fazendeiros.

Enfatizamos essas reflexões de Moura, pois consideramos ser um elemento central para discussão a respeito da não absorção da população negra no mercado de trabalho assalariado. É explicito o projeto de genocídio da população negra desde a abolição, pois como já argumentamos, após a abolição os negros não tiveram condições de vida e sobrevivência. A população que outrora compunha a mão de obra trabalhadora do Brasil, agora é expulsa desse processo de trabalho assalariado, sendo incentivado trabalhadores imigrantes brancos assumirem esses espaços em nome do desenvolvimento e crescimento do país. Essa população negra que agora não tem condições de trabalho, são as que até atualmente compõem a classe marginalizada, subalternizada, que são barradas ao mercado de

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

trabalho – e quando acessam o mercado de trabalho, assumem cargos e funções sem condições adequadas de trabalho, as vezes até análogos a trabalho escravo – e aos demais direitos e serviços básicos para sobrevivência.

Exatamente nesse processo de construção e reprodução social, que a condição das mulheres negras é ainda mais alarmante. Pois se a população negra já é barrada por serem 'racialmente inferiores', ainda mais as mulheres, que são inferiorizadas por serem mulheres, por serem negras e por serem, em sua maioria, pobres.

A exploração do trabalho feminino, principalmente das mulheres negras, baseada na ideia de uma tendência natural das mulheres em cuidarem de outros, reforçado com o baixo grau de instrução das mulheres negras, que dificultam a compreensão do resultado final do seu trabalho, legitimam a posição das mulheres negras na base da pirâmide social e reproduz o caráter racista e sexista das relações sociais. Outra coisa que precisa ser ressaltada é a exaltação sexual aos corpos das mulheres negras, desde o escravismo, e o culto a sexualidade da mulata, que fundamenta a superexcitação dos homens brancos pelas negras como uma tentativa de justificar os estupros cometidos contra as mulheres escravas.

A autora Gonzalez (1984) afirma que como qualquer mito, o mito da democracia racial oculta algo para além do que se mostra. Se de um lado as mulheres negras são vistas, desejadas, endeusadas durante momentos específicos como o carnaval, por outro lado, elas são invisibilizadas, indesejáveis, marginalizadas quando retornam ao seu cotidiano. Isso porque o mito da democracia racial exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre as mulheres negras.

O mito que se trata de reencenar aqui, é o da democracia racial. E é justamente no momento do rito carnavalesco que o mito é atualizado com toda a sua força simbólica. E é nesse instante que a mulher negra transforma-se única e exclusivamente na rainha, na "mulata deusa do meu samba", "que passa com graça/fazendo pirraça/fingindo inocente/tirando o sossego da gente". É nos desfiles das escolas de primeiro grupo que a vemos em sua máxima exaltação. Ali, ela perde seu anonimato e se transfigura na Cinderela do asfalto, adorada, desejada, devorada pelo olhar dos príncipes altos e loiros, vindos de terras distantes só para vê-la. Estes, por sua vez, tentam fixar sua imagem, estranhamente sedutora, em todos os seus detalhes anatômicos; e os "flashes" se sucedem, como fogos de

















TRABALH<mark>o alie</mark>nado, Destruição da Natureza e Crise de <mark>Hegemo</mark>nia

Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

artifício eletrônicos. E ela dá o que tem, pois sabe que amanhã estará nas páginas das revistas nacionais e internacionais, vista e admirada pelo mundo inteiro. Isto, sem contar o cinema e a televisão. E lá vai ela feericamente luminosa e iluminada, no feérico espetáculo (GONZALEZ, p. 228, 1984).

As mulheres negras quando não estão sendo objeto de desejo, ocupam a posição de anônima, periférica e sofre efeitos diversos da culpabilidade branca, quando sobrevive com seus empregos subalternos, muitos deles tomando conta das famílias brancas, enquanto tem que levar sua própria família sozinha, pois seu pai, marido, irmãos, filhos são vítimas de sistemáticas perseguições policiais, quando não compõem a grande massa de encarceramento que é notavelmente preta (GONZALEZ, 1984).

Portanto, os movimentos e organizações de mulheres negras, ao denunciarem as diversas formas de violações de direitos, reivindicando a liberdade sexual e o direito de decidir sobre os próprios corpos como parte central para o exercício de projetos de vida plenos e autônomos, também denunciaram a herança escravocrata de subordinação, através de controle dos corpos, da sexualidade e da reprodução.

Uma das heranças deixadas pela escravidão é a ideologia da mulher negra enquanto objeto, naturalmente vítimas de maus tratos e de diversos tipos de violência. Atualmente, o racismo e o sexismo, bem como outras formas de subordinação estão notavelmente presentes nos mais diversos âmbitos da vida social. Visto o estereótipo da mulher negra enquanto mulheres fortes e resistentes a dor, no cotidiano das instituições, o atendimento digno passa a ser prejudicado para esse grupo social.

Compreendendo que as mulheres negras no Brasil são marginalizadas por seu gênero, classe social, raça/cor, sexualidade, geração, território, dentre outros fatores, a interseccionalidade é como um modo de enlaçar as consequências das relações de subordinação, tais como sexismo, racismo e patriarcalismo. Nesse sentido, o olhar interseccional fundamenta-se na luta contra as opressões de gênero, raça e classe.

Essa situação da mulher negra no Brasil se solidifica, uma vez que não houve uma ruptura com o racismo, patriarcado e colonialismo, pelo contrário, houve o

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

aprofundamento dos mesmos. Assim, as mulheres negras continuam a serem invisibilizadas e marginalizadas nessa sociedade, principalmente pelo vínculo a construção da formação social brasileira. Para buscarmos a superação e transformação da situação das mulheres negras na sociedade brasileira, precisamos em primeiro momento, descortinar as desigualdades e opressões que estruturam essa sociedade.

### 3 CONCLUSÃO

Nesse artigo buscamos compreender como a ordem social capitalista dependente do Brasil rebate na posição das mulheres negras no país. Consideramos que o racismo é estrutural e estruturante da ordem capitalista, bem como a questão de gênero. Num modelo capitalista dependente, essas questões se intensificam e são especificadas como dinâmica particular dos países periféricos.

Apontamos que as mulheres negras carregam fortes marcas do escravismo, ocupando a grande população desempregada, e quando empregadas ocupam cargos referentes ao cuidado domiciliar e familiar, como se elas fossem naturalmente cuidadoras de outros e, na contramão dessa lógica, são as que são consideradas incapazes de formar famílias e cuidar de seus próprios filhos. Além de serem as que se encontram nas camadas marginalizadas e as principais titulares de benefícios do governo

A partir do mito da democracia, as mulheres negras são vistas, desejadas, endeusadas durante momentos específicos como o carnaval, por outro lado, elas são invisibilizadas, indesejáveis, marginalizadas quando retornam ao seu cotidiano. Seus corpos são naturalmente sexualizados, vítima de violências e descartado, ao mesmo tempo que são cotidianamente desvalorizados e invisibilizado.

Ressaltamos que a marginalização social é uma arma ideológica, justificada durante a colonização, violou os direitos sexuais de mulheres africanas e indígenas (estupro colonial), em contraponto, confinou as mulheres brancas ao espaço doméstico, submissas a moral sexual católica. Num país como o Brasil, que é periférico e que tem como ordem social o capitalismo dependente, essas formas de opressão são mais acentuadas e intensificadas.

















Consciê<mark>ncia de Classe</mark> e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

### **REFERÊNCIAS**

CASTELO, Rodrigo. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. In CASTELO, R. (org.) Encruzilhadas da América Latina no século XXI.RJ: Pão e Rosas, 2010.

DIAS, Edmundo Fernandes. **Reformas ou Contra-revolução? O Governo Lula.** Revista Universidade e Sociedade: Brasília-DF, n. 34, 2004. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/dias/2004/10/40.pdf?fbclid=lwAR27YyYjC2lskFw HGf9-RXZsIOtt53\_UptC5GoUjV7XKeJrtbS5F6OxY7ck Acessado no dia: 18/06/2021.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos.** Editora Global, 2ª ed. 2015.

IANNI, Octavio. A Questão Social (Cap. 5); In.: **Pensamento Social no Brasil**. Bauru, SP, EDUSC, p. 103-121, 2004.

LIMOEIRO-CARDOSO, Miriam. Capitalismo Dependente, Autocracia Burguesa e Revolução Social em Florestan Fernandes. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo — IEA/USP: São Paulo, 1995. Disponível em: http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/limoeirocardosoflorestan1.pdf Acessado no dia: 19/04/2021.

MARX, Karl. **O Capital**. (Crítica da Economia Política). O Processo de Produção Capitalista. Livro 1. Vol. I -2ª ed. Trad. Reginaldo Sant' Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Cap. XXIII, 1971.

MOURA, Clóvis. **O racismo como arma ideológica de dominação**. Revista Princípios, São Paulo, n.34, agosto a outubro de 1994, p. 28-43.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. Série Fundamentos, Editora Ática, ed. 34, 1988.

SAMPAIO JR. Plínio de Arruda. Entre a nação e a barbárie (Cap. 6). In.: **Os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/285670/1/SampaioJunior\_Plini oSoaresdeArruda\_D.pdf Acessado no dia: 06/07/2021.













